

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

EPIGRAFIA VÁRIA.

ALMEIDA, Justino Mendes de

Ano: 1975 | Número: 85

Como citar este documento:

ALMEIDA, Justino Mendes de, Epigrafia vária. *Revista de Guimarães*, 85 Jan.-Dez. 1975, p. 95-108.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmento.uminho.pt

URL: www.csarmento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Epigrafia Vária

Por JUSTINO MENDES DE ALMEIDA

I

Ainda acerca do desenvolvimento da sigla verbal numa fórmula de monumentos votivos

Trata-se da conhecida fórmula V. S. L. A. = *votum solvit libens animo*, com variantes tais como V. S. L., V. S. M. L. = *votum solvit merito libens*, V. P. M., V. P., V. P. L. M. = *votum posuit merito*, *votum posuit*, *votum posuit libens merito*, entre outras (v. Batlle Huguet, *Ép. Lat.*, pp. 198-199).

Nestas fórmulas, o que parece convencionado é a tradução, ou antes, a interpretação da sigla verbal por uma forma de perfeito — e estou em crer que assim deva ser na maioria dos casos. Não será, porém, de afastar inteiramente a hipótese de desenvolvimento dessa sigla por uma forma do presente. Trago à colação um texto exarado numa ara do Museu de Tavares Proença (*Est. 1*), em Castelo Branco, encontrada num local entre Escalos de Cima e Lousa, publicada pelo Dr. Leite de Vasconcelos, a p. 6 do vol. XXIII d' *O Arch. Port.*, e já anteriormente referida por F. Tavares de Proença Júnior, também n' *O Arch. Port.*, vol. XII, p. 176.

Diz o texto:

«Iovi Opti/mo M(aximo) Co/ns(ervatori) Iul(ia)
Ruf[i]/na ani(mo) l(ibens)/ponit».

Assim, em exemplos congêneres, em que a forma verbal apareça em abreviatura, ou antes, representada por uma sigla, não é de rejeitar uma dupla hipótese de desenvolvimento em *ponit* ou *posuit*, pois haverá casos em que o presente (histórico) estará pelo perfeito. Leva-me a esta convicção o uso da expressão *animo libens* (ou equivalentes), que implica «acção acabada», pois exprime «satisfação» ou «reconhecimento» pela graça já concedida pela divindade (1).

O emprego do presente, em casos como este, pode entender-se como exemplo de extensão a inscrições de carácter hierológico daquelas formas que os sintaxistas da língua latina (v. Riemann, § 142, *rem.*, 7. e éd.) reservam para as inscrições triunfais, e que têm um modelo remoto no epitáfio de um dos Cipiões:

«*Taurasia... cepit, subigit omne Loucanam opsidesque abducit*».

Não deixo de reconhecer que me apoiei, para tais considerações, no conhecimento de um único texto — o que é pouco. Mas nem por isso as considero inoportunas.

Também entendo que não há necessidade de substituir obrigatoriamente a forma verbal da 1.^a pessoa POSVI por POSVIT, pois a primeira ajusta-se perfeitamente ao sentido, como naquela inscrição do Museu de Martins Sarmento (*Catálogo*, p. 56): VRBANVS / PRO CRY / SEDE / NYMPHIS / EX VOTO / POSVI.

(1) Não creio de considerar no mesmo plano um desenvolvimento possível em POSSIT, latim popular por POSVIT, forma que aparece numa inscrição galega, a n.º 2601 do *Corpus*, reproduzida a p. 283 do vol. XI d' *O Arch. Port.* O seu carácter «aberrante», digamos assim, leva-nos a admiti-la apenas quando apareça por extenso nos textos (*CIL*, II, p. 1189).

II

Exemplares de epigrafia portuguesa

1

Os estudos de Epigrafia, aplicados a Portugal (1), sofreram um profundíssimo golpe com a morte de José Maria Cordeiro de Sousa. Diríamos mesmo que ele se assemelha ao que se verificou na epigrafia lusitano-romana após a morte de Leite de Vasconcelos. *Golpe profundíssimo*, escrevemos nós, mas seríamos, talvez, mais exacto se disséssemos antes *lacuna* até hoje não preenchida — e difícil de preencher no futuro, já que as circunstâncias não são, de há muito, propícias a estudos desta natureza.

O Rev. Frei António Joaquim Dias Dinis, lustre e ornamento da «falange gloriosa dos historiadores franciscanos portugueses» (2), que sucedeu a Cordeiro de Sousa na cadeira n.º 27 da Academia Portuguesa da História, traçou dele o elogio, em sessão extraordinária realizada em 6 de Março de 1970, salientando, com justificada ênfase, a importância que os estudos epigráficos desempenharam no cômputo das actividades histórico-científicas de Cordeiro de Sousa. Ao concluir

(1) Preferimos esta forma de dizer, por que Leite de Vasconcelos designa tais estudos (v. *prólogo* da 2.ª edição — Lisboa, 1937 — dos *Apontamentos de Epigrafia Portuguesa*, de Cordeiro de Sousa), a outras como a de que se serve, por exemplo, Domingos Maurício Gomes dos Santos ao referir Cordeiro de Sousa como «o primeiro epigrafista português do nosso tempo» (v. *Elogio de J. M. Cordeiro de Sousa*. Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1971, pp. 35-36 e 84). Na verdade, Cordeiro de Sousa foi, no nosso tempo, o melhor conhecedor português da Epigrafia aplicada a Portugal, ou seja, da Epigrafia que abrange o período que decorre da época medieval aos tempos modernos, excluindo-se, portanto, os textos lusitano-romanos.

(2) Domingos Maurício, *op. laud.*, p. 102.

o panegírico do saudoso epigrafista, o Rev. Dias Dinis formulou, em obediência a um recto sentido de bem servir a Ciência — de que tem dado sobejas provas —, um conjunto de votos (que saibamos, infelizmente até hoje por cumprir), no sentido de «que se reúnam em volume os estudos de Cordeiro de Sousa ainda dispersos por publicações periódicas, conservados no seu espólio; que se seleccionem e editem os elementos por ele deixados manuscritos à Associação dos Arqueólogos Portugueses de Lisboa; que se organize, na Academia Portuguesa da História, Comissão de Epigrafia, com vista à recolha e defesa do nosso património epigráfico e ainda à organização do *Corpus Inscriptionum Portugalensium*; enfim, que se prepare e edite catálogo dos estudos já publicados e ainda dos elementos manuscritos de epigrafia dos diversos séculos relativos a Portugal e aos portugueses dentro e fora do País, por se tratar de sólida base documental para a reconstituição da História Pátria» (1).

Maravilhosa aspiração que tanto desejaríamos ver concretizada! Como é possível, em casos sem número, esclarecer os factos do passado, e sua projecção no presente, sem recorrer também ao testemunho epigráfico? Se o País dispõe iniludivelmente de um escol de paleógrafos, se não faltam mesmo os especialistas na leitura e interpretação dos textos lusitano-romanos, para quando a preparação de estudiosos na Epigrafia aplicada a Portugal (2)? Ou contentar-nos-emos com a simples rememoração da sua existência (que os houve e de alta craveira) no final do séc. XIX e na primeira metade do séc. XX, como, a outro propósito, escrevia

(1) Dias Dinis, *op. laud.*, p. 103.

(2) Vêm-nos à lembrança as palavras, que não podemos perflhar inteiramente, de Luciano Cordeiro em *Inscrições Portuguezas* (Lisboa, 1895, p. 15): «Áparte o facto dos nossos archeologos, ou dos que se dizem taes, mais se dedicarem, geralmente, á exploração das mais banaes inscripções de cippos romanos do que á colheita das que podem illustrar a historia patria.

Alli mesmo, n'aquelle formoso monumento chamado o Castello de Leiria, que bem póde dizer-se amassado com sangue, a busca das inscripções romanas nas pedras funerarias aproveitadas nas muralhas, tem chegado a fazer perigar a segurança das construcções, ao passo que nos restos dos Paços do Rei Lavrador nenhuma exploração regular se tem feito.»

recentemente um ilustre professor universitário (1)? Bastaria recordar a *Bibliographia Epigraphica Portuguesa*, de Sousa Viterbo, publicada a pp. 11-16 do vol. II de *O Archeologo Português* (Lisboa, 1896), ou as palavras de Henrique de Campos Ferreira Lima no prefácio aos *Apontamentos de Epigrafia Portuguesa* (Lisboa, 1928), de J.-M. Cordeiro de Sousa, para nos darmos conta da actividade de boa parte dessa plêiade de epigrafistas portugueses no período a que aludimos. Um trabalho a fazer, e que o próprio Sousa Viterbo anunciara, seria completar a *Bibliographia Epigraphica Portuguesa* (2).

*

* *

Estas considerações ocorrem-nos no momento em que o nosso Amigo, Senhor Eduardo Prescott Vicente,

(1) «... do período notável que foi, para os estudos filológicos em Portugal, o fim do século XIX e a primeira metade do século XX.» (Luís F. Lindley Cintra, «prefácio» aos *Estudos de Fonética Portuguesa*, de A. R. Gonçalves Viana. Lisboa, 1973, p. 8).

(2) «A resenha bibliográfica, que apresentamos agora, está longe de se considerar completa, repetimo-lo, mas não faltarão ocasiões de a preencher, ou antes de a ampliar.»

Sousa Viterbo terminava com estas palavras o artigo a que aludimos. É evidente que, decorridos mais de setenta anos e dada a soma de trabalho entretanto acumulada neste domínio, a actualização daquele estudo só poderá ser obra de uma equipa de investigadores, sob a égide de uma instituição científica, neste caso talvez a Academia Portuguesa da História.

Excelente contribuição para a pesquisa de elementos essenciais à formação do *Corpus inscriptionum Portugalensium* acaba de nos ser dada com a publicação do tomo I dos índices dos vols. I-XXX (1895-1938) de *O Archeologo Português* (Lisboa, 1973), elaborados por Margarida Ribeiro. Esta distinta investigadora, cuja actividade científica, mormente no campo das Ciências Etnográficas, deveria ser colocada em grande relevo, iniciou, assim, uma obra para sempre, «um monumento mais duradouro que o bronze», para lembrarmos Horácio, no final do livro III das *Odes*. Estudo de rara qualidade, esperemos não passe despercebido à atenção dos especialistas o esforço pela autora despendido, já que vão sendo cada vez em menor número os investigadores aptos, dispostos a trabalhar de tão largo fôlego. Os índices de *O Archeologo*, tal como os índices do *Inocência*, devidos a Ernesto Soares, constituem instrumentos a tal ponto úteis aos estudiosos, que nunca será excessiva a gratidão que testemunharmos aos seus autores.

nos traz uma excelente fotografia de um belo documento epigráfico português, encontrado quando se procedia a certas obras no Hospital Militar de Lagos, mas hoje depositado no museu desta cidade. Não creio que alguém se tenha ocupado dele, mormente no aspecto que desejamos pôr em evidência: o interesse literário do texto.

Como se vê pela fotografia (*Est. 2*), a inscrição não oferece qualquer dificuldade de leitura e de interpretação:

NESTE PORTO
SALVO PAREI
DESTA VIDA
MVI C ASADA
DESC AS ADO
O GRA IVIZO
ESPER ADO

No aspecto epigráfico, pouco há a anotar, a não ser:

- a) O talho da letra, que parece indicar, de preferência, um texto seiscentista, podendo também situar-se no último quartel do séc. XVI (belas capitais romanas que, sendo fruto do Renascimento, substituíram o gótico minúsculo);
- b) O processo de nasalação (e a forma dos sinais que são aqui tiles), que denuncia um texto da época sugerida;
- c) Nexos como o que se vê na palavra IVIZO (*Est. 3*) encontram-se em inscrições dos sécs. XVI e XVII;
- d) A falta de nasalação em GRA parece aqui mero lapso, tendo em atenção o cuidado posto na gravação (como temos observado noutras inscrições, os lapicidas nem sempre se preocupam com a representação da nasalação: p. ex., Cordeiro de Sousa, *Inscrições Portuguesas de Lisboa*, n.º 670).

Texto epigráfico de sabor insólito, anónimo e não datado, trata-se, contudo, de mera inscrição sepulcral,

muito embora dela não conste o formulário habitual em epígrafes daquela época, ao qual aludiu Cordeiro de Sousa, a pp. 46 dos seus *Apontamentos*, já mencionados. O interesse do texto lagoense é, porém, em nosso entender, mais literário do que epigráfico.

*
* * *

O leitor por certo já reparou que o texto da inscrição de Lagos não lhe é inteiramente desconhecido. Há, com efeito, grande semelhança entre ele e a primeira parte do epitáfio da «sepultura de Gil Vicente», reproduzido no fól. CCLXII da *COPILACAM DE TODAS AS OBRAS DE GIL VICENTE* (Lisboa, 1562):

Sepultura de Gil Vicente.

O gram juyzo esperando
jaço aqui nesta morada
tambem da vida cansada
descansando.

Preguntame quem fuy eu
atenta bem pera mi
porque tal fuy coma ti
e tal has de ser comeu.
E pois tudo a isto vem
oo lector de meu conselho
tomame por teu espelho
olhame e olha te bem.

O estudioso que mais recentemente aludiu ao epitáfio de Gil Vicente foi, ao que pensamos, Agostinho Ferreira Gambetta, no trabalho intitulado *D. Isabel de Portugal — História Maravilhosa da Imperatriz — 1503-1539 (1500-1548)*, publicado nos *Anais da Academia Portuguesa da História*, II série, vol. 21, pp. 393-464. Refere-se-lhe nos termos seguintes, na senda de Brito

Rebello (*Ementas Historicas. II — Gil Vicente*, pp. 87-88) e de Anselmo Braamcamp Freire (*Vida e Obras de Gil Vicente* in «Ocidente», vol. XI, n.º [31, pp. 216-217):

— «Compusera o poeta o seu próprio epitáfio de quatro versos, acrescentado depois, e havendo de tudo duas versões, o que aconteceu com muitos dos seus autos, e até ele próprio escreveu e alterou por vezes;...»

Anteriormente, já se lhe referira D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos (v. *Notas Vicentinas. 2.ª edição*, Lisboa, 1949, p. 221): «A última composição *Sobre a Sepultura de Gil Vicente* (acrescentada, salvo erro, pelo filho, ao *Cartapácio original do pai*) consta todavia de duas parcelitas: o verdadeiro epitáfio, de só quatro versos, e oito versos, tècnicamente não ligados à quadra, que a caveira, inculpida na suposta lousa, como o curioso pode verificar na obra de Braamcamp (p. 243), dirige aos visitantes do túmulo. Oportunamente mostrarei que êles são tradução livre de um original italiano.»

Não pude averiguar se a douta filóloga voltou a referir-se ao assunto, em especial no que respeita à versão do modelo italiano.

O texto de Lagos apresenta, pois, como dizíamos, curiosa coincidência com os quatro versos do epitáfio de Gil Vicente, atribuídos por alguns ao «poeta». Que ilação se poderá daqui tirar? Que um erudito qualquer, inspirado por uma reminiscência do texto vicentino, terá redigido para si ou para outrem uma lápide quase similar? É possível, mas não nos parece a hipótese mais aceitável, em presença de certos testemunhos epigráficos.

Na recolha de inscrições, a que vimos procedendo desde há muito, contêm-se exemplares que permitem concluir pela existência de certos tópicos de inspiração religiosa, que se tornaram, a bem dizer, «lugares-comuns» da epigrafia tumular portuguesa. Já por mais de uma vez nos ocupámos desta matéria (veja-se, p. ex., *O Arqueólogo Português*, série III, vol. II, p. 110. Lisboa, 1969). É o texto de Lagos um exemplo mais desses lugares-comuns, como exemplo é também aquela outra inscri-

ção, existente na igreja de S. Pedro, em Torres Vedras, referida por Cordeiro de Sousa, a p. 55 dos *Apontamentos de Epigrafia*:

NŪQVA DESCÁCO
ACHEI NESTA VIDA
TÃ CAMCADA SE
NÃ AQVI NESTA M
ORADA ...

cujo sentido será:

Nunca descanso achei,
Nesta vida tão cansada,
Senão aqui nesta morada ...

Parece, pois, que, tanto na pequena composição de quatro versos, reproduzida no final da edição de 1562 da obra vicentina, como nos textos epigráficos referidos, se contera um tópicos da epigrafia sepulcral portuguesa, cuja fonte directa desconhecemos por ora. Mas o que se poderá, desde já, adiantar é que carece de revisão a tese dos que afirmam que o fundador do teatro literário português «compusera o seu próprio epitáfio», pela simples razão de que é muito provável que os versos já «corressem» compostos. Brito Rebello, *op. laud.*, p. 98, registou a singularidade de «a primeira parte do epitáfio se encontrar em uma campa na ilha de Ceilão». Também por este motivo dissemos antes que não nos parecia aceitável a hipótese de inspiração vicentina na redacção do texto de Lagos.

Quanto aos restantes oito versos, que D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos considerava como «tradução livre de um original italiano», não estando embora no âmbito do nosso trabalho tratar deste assunto, no entanto sempre diremos que os exemplos por nós apresentados em *Conimbriga* (vol. IV, 1965, p. 61), n' *O Arqueólogo Português* (já citado) e outros que reunimos mais tarde ⁽¹⁾,

(1) Efectivamente temos procurado anotar outros exemplos (muitos por certo haverá), como aquele, do séc. XVII, na ermida de Nossa Senhora da Luz, em Torres Novas, segundo as *Memo-*

uns anteriores e outros posteriores a Gil Vicente, parecem suficientes para demonstrar que se trata igualmente do desenvolvimento, mais ou menos extenso, de outro tópicos da epigrafia portuguesa: a transitoriedade da vida terrena.

Estas duas «parcelitas», para nos servirmos do termo

rias parochiaes de 1755 (v. *O Arch. Port.*, VIII, 220): «*Ermida de Nossa Senhora da Luz*. «Sua admenistração pertence aos pessuidores do Morgado chamado de Alvorão que instituhio o abbade Luiz Dias de Sequeira e seu irmão Antonio Dias Bugalho Beneficiado na Igreja de Santiago que em hum Carneiro na Capella mor jazem sepultados com o seguinte Letreiro:

QUOD NUNC ESTIS FUIMUS
NUNC SUMUS QUOD ERITIS.»

Ou estoutro na igreja da Misericórdia de Buarcos, registado no vol. IV do *Inventário Artístico de Portugal* (Lisboa, 1953), p. 94:

TAL FVI COMO TI / TAL SERAS COMO MI.

Borges de Figueiredo regista outro exemplo na porta interior da *Portaria de Coimbra* (mata do Buçaco) (*Rev. Arch. e Hist.*, I, p. 110):

Ó TU, MORTAL, QUE ME VÊS
REFLETE BEM COMO ESTOU:
EU JÁ FUI O QUE TU ÉS,
E TU SERÁS O QUE EU SOU.

E não resistimos a apresentar ainda um que há pouco se nos deparou numa lápide da igreja de Bucelas, e que reproduzimos em fotografia obtida pelo Senhor Eduardo Prescott Vicente (*Est. 8*). Não vamos transcrever o texto integral, mas apenas a parte dele que interessa a esta anotação. E, como o texto é bilingue, reproduzimos o latim e o português:

JAM FUI ET NON SUM
VOS ESTIS ET NON ERITIS,
JA EXISTI E NÃO EXISTO
VOS Q'HOJE EXISTIS HU'
DIA DEIXAREIS DE EXISTIR.

Não procurámos, de momento, conhecer a biografia do D.or Manoel Joze de Figueiredo Lobo Silva (no texto latino: Lobo e Silva), o que, estamos em crer, não seria tarefa difícil. Tratar-se-ia, sem dúvida, de personalidade de relevo, pois obteve enterramento na igreja, apesar do aviso de 20 de Setembro e da portaria de 12 de Novembro de 1833, que proibiram as sepulturas dentro das igrejas. O epitáfio é mesmo posterior ao decreto de

de D. Carolina Michaëlis, foram efectivamente introduzidas, como de há muito se vem dizendo, na edição das *obras* do Poeta, feita em 1562, a solicitação de sua filha, Paula Vicente, sem que este facto signifique «autoria vicentina».

*
* *
*

Regressando ao nosso texto, dissemos anteriormente que era reduzido o seu valor epigráfico, para significar que desejávamos antes utilizá-lo como testemunho histórico-literário, mas que, nem por isso, é menor o seu interesse.

No aspecto linguístico é muito curioso o uso da designação alegórica *PORTO SALVO*, expressão que ainda persiste na actual toponímia (*v. g.*, *Porto Salvo*, localidade do concelho de Oeiras ⁽¹⁾). Já na língua latina,

21 de Setembro de 1835, que mandou estabelecer cemitérios em todo o reino (veja-se Augusto Vieira da Silva, *Dispersos*, III, p. 21, Lisboa, 1960).

O epitáfio de Bucelas, além de constituir um exemplo do uso do latim, ao tempo já raro em sepulturas de particulares, com certa feição literária, deve ser um dos últimos epitáfios latinos, senão o último, redigido em Portugal, no qual se contém, na língua do Lácio, aquele tópico da transitoriedade da vida humana, de que já citámos exemplos dos séculos XII, XVI, XVII e XIX, e de que um exemplo muito antigo será também o epitáfio de D. Afonso de Portugal, primeiro mestre português da Ordem de Malta, a que se refere a *História Genealógica* (cf. A. Viana de Moraes, *Numária da Ordem Hospitalária de S. João de Jerusalém (Ordem de Malta)*. Lisboa, 1928, p. 31):

SVM QVOD ERIS, FVERVM (*sic*) QVOD ES.

⁽¹⁾ Não nos parece descabido transcrever aqui as palavras de Pimentel da Cunha acerca da origem do topónimo (*Diário de Notícias*, de 16-I-1974; o mesmo autor já se referira à povoação, também no *Diário de Notícias*, de 21-II-1973):

«É Porto Salvo uma grande povoação situada a três quilómetros ao norte das vilas de Oeiras (sede do concelho) e de Paço de Arcos, habitada hoje por cerca de sete mil pessoas. Fundada no século XVI por navegantes que após vio-

como é conhecido, encontramos para o vocábulo *portus* os sentidos de «lugar para abrigo e ancoradouro de naves» e de «lugar de refúgio ou de descanso», também correntes na língua portuguesa.

Note-se ainda o uso das reduções proclíticas MVI e GRÃ, talvez por exigências rítmicas. Parece-nos ver no texto três versos, o 1.º e o 3.º octossílabos e o 2.º hendecassílabo: NESTE PORTO SALVO PAREI / DESTA VIDA MVI CANSADA DESCANSANDO / O GRÃ IVIZO ESPERANDO.

No aspecto métrico, o texto lembrar-nos-ia aqueloutro de Pêro Jaques Correia, também no Museu de Lagos, já divulgado por José Formosinho (1). Entendemos e distribuímos esse texto (que reproduzimos em fotografia obtida por Eduardo Prescott Vicente — *Est. 4*) da forma seguinte:

ESTE LVGAR PEQVENO COVBE EN SORTE
DEPOIS DE DAR AO MVNDO DESPEDIDA
A PERO IAQVES COREA E SVA CONSORTE
O CORPO ESTA AQVI QVE O POS A MORTE
A ALMA ESTA DONDE A POS A VIDA

Se não estamos em erro, o autor esforçou-se por forjar cinco versos decassílabos. Sucede que este texto se nos afigura contemporâneo, ou pouco anterior, ao epitáfio que temos vindo a analisar. Como bem observou José Formosinho, «Vê-se bem que não foi o morto que em vida teria mandado gravar o seu epitáfio, como

lenta tempestade chegaram a Paço de Arcos, e ao avistarem um monte a norte dessa localidade, ali ergueram uma capelinha, após se terem livrado dos perigos que haviam enfrentado durante longa viagem.

A capelinha foi construída em louvor de Nossa Senhora do Porto Salvo e, naquela época, os navios que passavam defronte daquele local salvavam à terra, como usa dizer-se. Antigamente acorriam ali os marinheiros das caravelas, os quais residiam em Alfama e que com suas famílias vinham suplicar a protecção de Nossa Senhora, que em 15 de Agosto é venerada com a tradicional festa que vem de há séculos e reúne ali milhares de pessoas.»

(1) Veja-se *Costa de Oiro*, 1939 — Julho, pp. 5 e 12.

muitas vezes sucedia. Talvez um desses frades amáveis e espertos, que conhecendo bem Pero Jaques, inteligentemente lançou mão da filosofia para não ferir a memória do Comendador.» Além disto, Pêro Jaques teria morrido por 1508 (como apurou José Formosinho, segundo documentos existentes no arquivo da Misericórdia de Lagos), sendo o texto sepulcral nitidamente posterior. Pois bem: situação um tanto idêntica poderia conjecturar-se relativamente à primeira inscrição. Talvez «um desses frades amáveis», possuidor de certa cultura, tivesse redigido para si, ou para outrem, respeitando rigoroso anonimato, um epitáfio sepulcral, no qual se denuncia alguma preocupação literária, utilizando um tema de natureza religiosa que parece ter sido lugar-comum na epigrafia tumular portuguesa. Em abono desta hipótese, viria o testemunho de outros monumentos epigráficos.

Teremos, assim, com a inscrição que acabámos de analisar, um exemplo mais de como a Epigrafia poderá ajudar a esclarecer certos aspectos do domínio de outras ciências: neste caso concreto, da História Literária.

2

O Epitáfio do Licenciado Gaspar Fernandes

Encontrado também durante as obras realizadas no Hospital Militar de Lagos em 1971 e hoje depositado no Museu Regional desta cidade, o epitáfio de que nos ocupamos tem um certo interesse epigráfico.

Creemos que a sua interpretação deverá ser:

O L(i)C(encia)DO GASPAR
F(e)R(nande)Z

Analisámo-lo primeiro através de fotografia obtida por Eduardo Prescott Vicente (*Est.* 5), e, mais tarde, directamente no Museu.

Inscrição funerária, afasta-se, no entanto, do formulário habitual. O texto está completo e, em síntese, significa: *Aqui jaz o licenciado Gaspar Fernandes.*

O desenvolvimento da abreviatura L^{DO} em *Licenciado* encontra-se já documentado por Cordeiro de Sousa, entre outros autores, em *Algumas Siglas e Abreviaturas* (Lisboa, 1926, p. 13), com um exemplo do séc. XVII, proveniente da Colegiada de Guimarães. O mesmo se dirá de FRZ em *Fernandez*, corrente nos monumentos portugueses, igualmente abonado por Cordeiro de Sousa (*op. laud.*, p. 11) em exemplar do séc. XVII, da Sé de Braga (1).

O texto encontra-se, porém, envolvido por 4 estrelas de 6 pontas, que como que o emolduram. Simples ornato decorativo ou simbolismo astrológico-mágico, neste caso representado por 4 hexalfas rudimentarmente gravados? A tosca alteração, que se reconhece na lápide, do número de pontas da estrela inferior esquerda de 5 para 6 poderá denunciar intuítos de gravação correcta de um símbolo com significado especial. Teríamos, assim, um raro exemplo de 4 hexalfas gravados numa inscrição sepulcral, o que concede ao monumento um certo interesse (2). Por outro lado, sabemos que o hexalfa já aparece representado em estelas medievais (v., p. ex., *Arquivo de Beja*, vol. XII, Beja, 1955, Est. IV, n.º 29) (3). O pentalfa, ou sino-saimão, «símbolo supersticioso», mais vulgar, figura também em tampas sepulcrais medievais, como esta que se reproduz em fotografia do Museu de Etnografia e História, do Porto (*Est.* 7), e ainda outra, de Vila do Conde, revelada por Eugénio Andrea da Cunha e Freitas e Carlosé Grilla *in* «Lucerna», III, pp. 285-288.

(1) Notem-se as palavras de Cordeiro de Sousa: «...indico, além da sua significação, o século em que a abreviatura esteve mais em uso e um local onde poderá ser encontrada...» (p. 3).

(2) V., a este propósito, o excelente artigo de Leite de Vasconcelos, *Signum Salomonis (Estudo de Etnografia Comparativa)* in *O Arch. Port.*, vol. XXIII (Lisboa, 1918), pp. 203-316.

(3) Acerca de uma possível relação entre o nome do morto e os desenhos representados, consultei o Dr. Pedro Cunha Serra, hoje um dos melhores conhecedores do Onomástico Português, que, em carta de 16-XI-1974, me respondeu: «...fiz alguma busca e pus a memória a trabalhar, mas não se me oferece dizer nada: será o *signum Salomonis* estilizado, embora rudemente, por um canteiro menos hábil?»

A Senhora D. Margarida Ribeiro observa-me, e creio que com razão, que se trata da sepultura de um indivíduo de ascendência judaica, na qual se exararam quatro «estrelas de David».